

## O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA EM KANT

(Um estudo da Arquetônica da Razão Pura)

\* Antonio Zancanaro

### 1. Introdução:

Neste pequeno ensaio pretende-se abordar o Método de Investigação Filosófica que foi elaborado por Immanuel Kant, no capítulo intitulado “Arquetônica da Razão Pura”, que se encontra em sua obra, “Crítica da Razão Pura”.

Desde os primeiros momentos da reflexão a partir do tema em questão percebeu-se que o caráter original e inovador da meditação de Kant concita e obriga a uma abordagem mais ampla e abrangente de seu pensamento como um todo. O sentido unitário e sistêmico que caracterizam a sua reflexão dificultam e tolhem a compreensão, caso não se tenha em vista a totalidade do seu pensamento.

O Método de investigação como tal é, por sua vez, também fruto de uma gama de conceitos típicos e específicos cunhados pela originalidade do filósofo alemão. De certa forma, o próprio Método é consequência do modo singular e inovador do seu pensar. Pelo que, antes de se proceder a uma aproximação da Metodologia propriamente dita, se faz necessário apontarem-se alguns pressupostos a partir dos quais Kant construiu seus parâmetros de uma investigação científica.

Qual teria sido a ocupação (pré-ocupação) fundamental de Kant?

Certamente, como a de todo o filósofo, a busca do saber preciso, verdadeiro e último. Para tanto, propôs-se a investigar até o seu derradeiro fundamento a capacidade de conhecer que é própria do homem. O objeto de sua inquirição é o conhecimento em si mesmo: sua possibilidade, limites e validade.

### 2. Pressupostos do conhecimento segundo Kant:

#### 2.1. A fonte dos conhecimentos:

Já no primeiro juízo da introdução à “Crítica da Razão Pura”, Kant estabelece o ponto de partida daquilo que entende como verdadeira fonte de todo o conhecimento: a empiria. “Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência”. (1)

Tal qual Aristóteles e Descartes, o autor entende que o saber humano depende para seu início, – como numa relação de causa e efeito – das informações que

(1) Kant, Immanuel, *Crítica da Razão Pura*, São Paulo, Ed. Abril, 1980

\* Professor de Filosofia no Centro de Estudos Superiores de Londrina e UEL

os sentidos propiciam ao intelecto. Os sentidos tocam e são tocados pelos objetos exteriores, possibilitando o despertar da faculdade cognitiva. Esta realiza o trabalho relacional de comparar, conectar ou separar as representações por ela formadas. Na tarefa laboriosa do intelecto, a informação é como que reelaborada, produzindo-se como resultado do que se denomina de conhecimento.

A questão de que se o conhecimento produzido pelo concurso dos sentidos e do intelecto é verdadeiro ou falso é impertinente neste momento. O que o pensador alemão se propõe a deixar claro é que “segundo o tempo”, i. é, do ponto de vista do “momento” da informação sensível, não há conhecimento sem experiência.

No entanto, segundo Kant, existe um outro tipo de conhecimentos, cuja origem não radica necessariamente na experiência sensível. É o caso, por exemplo, da idéia de experiência. Uma coisa é a experiência sensível enquanto conjunto de dados que tocam os sentidos e movem o entendimento. E, outra, é a idéia de experiência, como ser lógico, que existe apenas na relação com o intelecto. A existência lógica da experiência nada tem a haver com a experiência enquanto dado sensível fornecido ao intelecto pelo objeto. Antes, pelo contrário, a idéia de experiência é anterior à experiência sensível, constituindo-se em fonte e possibilidade de existência, realização e explicação racional daquela.

Sendo assim, para Kant, há conhecimentos que dependem e começam a partir da experiência – são os conhecimentos empíricos – e existem conhecimentos que independem da experiência sensível – são os conhecimentos puros ou a priori.

## 2.2. Conhecimentos a posteriori e conhecimentos a priori:

O que são efetivamente os conhecimentos a posteriori e os conhecimentos a priori?

Kant denomina de conhecimentos a posteriori aqueles conhecimentos que são provenientes da empiria. Ao passo que, por conhecimentos a priori (+) entende os conhecimentos que independem de qualquer experiência sensível. Assim, dizer-se, p. ex., “esta sala é retangular” e “o todo é maior do que a parte”, são dois tipos de conhecimentos: um a posteriori e outro a priori. O primeiro depende, para o seu começo, da intermediação dos dados fornecidos pela experiência sensível. Ao passo que, o segundo dá-se diretamente no intelecto sem nenhum tipo de intermediação. O primeiro ocorre na convergência da consciência com o objeto sensível e, o segundo por intuição imediata. O primeiro não pode prescindir do encontro sujeito/objeto e o segundo não prevê nenhuma condição prévia para a sua existência senão a própria razão (+).

---

(+) O autor adverte que, ao fazer uso do termo “a priori” - que pode parecer ambíguo - o faz por absoluta falta de outro termo mais adequado. Por isso, “a priori” é entendido por ele simplesmente como “anterior a qualquer experiência sensível”.

(+) Além dos conhecimentos a priori e dos conhecimentos a posteriori poder-se-ia, aparentemente, assinalar uma terceira classe de conhecimentos que ocupam uma posição intermediária entre os dois citados. Seriam os conhecimentos resultantes das reelaborações havidas no intelecto a partir das informações procedentes dos dados sensíveis. Mas, para Kant tais conhecimentos são verdadeiros conhecimentos a posteriori, já que, de alguma forma, envolvem a experiência.

“No que segue, portanto, por conhecimentos a priori entenderemos não os que ocorrem independentemente desta ou daquela experiência, mas absolutamente independente de toda a experiência” (2).

O que efetivamente interessa e ocupa a meditação de Kant são, pois, os conhecimentos a priori ou conhecimentos puros.

Aquela espécie de conhecimento possui, segundo aquele pensador, dupla característica: são universais e são necessários.

Por quê?

Porque os dados que nos são fornecidos pelos sentidos nos dizem apenas como as coisas são em suas aparências. Mas, quem poderia nos garantir que efetivamente são assim como parecem? Não estaríamos sendo enganados? E, seriam como parecem a nós para todos igualmente?

Ora, diante daquela dificuldade, nunca se deveria emitir um juízo baseado apenas em dados provenientes da empíria, do qual se afirmasse que é rigorosamente verdadeiro, “de maneira que temos propriamente que dizer: tanto quanto percebemos até agora, não se encontra nenhuma exceção desta ou daquela regra” (3).

Para podermos afirmar que determinado fato é rigorosamente verdadeiro, teríamos que testar todos os casos. E, isso é impossível. Mas, mesmo que fosse possível testar um número indefinido de casos, qual a garantia de que não se possa encontrar alguma exceção? Então, “se um juízo é pensado com universalidade rigorosa, i. é, de modo a não lhe ser permitida nenhuma exceção como possível, então, não é derivado da experiência, mas vale absolutamente a priori” (4). Esse juízo, diz Kant, contém um conhecimento que é universal.

De outro lado, um juízo para ser rigorosamente verdadeiro pressupõe a necessidade, i. é, não pode envolver nenhuma condição. Em quaisquer condições deverá permanecer sempre o mesmo: autoidêntico consigo mesmo. Este juízo será necessário porque será válido para todos os entes que possuam aquela natureza em questão como também, será válido em todas e quaisquer circunstâncias. Afirmar-se, p. ex., “o todo é maior do que a parte”, é produzir um juízo necessário, aqui, na China, no Japão, na lua, no fundo do mar; para a laranja, o bolo, este livro, etc.

Segundo Kant, esses dois critérios, quando bem usados, mostram-se infalíveis na determinação das limitações dos conhecimentos a posteriori e do valor universal e necessário dos conhecimentos a priori.

Tomemos como exemplo a proposição, “o todo é maior do que a parte”. Nela está contido um juízo que expressa um conhecimento puro. Por que?

Primeiro, porque os conceitos de todo e de parte não se ligam a nada de específico. Segundo, porque ambos podem ser referidos a qualquer ente cuja natureza

(2) Kant, I. *Op. cit.* p. 24.

(3) *Idem*, *Op. cit.* p. 24

(4) *Idem*, *ibidem*, *Op. cit.* p. 24.

os comporte. Terceiro, porque o juízo é perenemente válido em qualquer parte do orbe terrestre e sob quaisquer circunstâncias. Quarto, porque as idéias de parte e de todo preexistem no intelecto, sendo anteriores a qualquer experiência concreta.

Em seu estudo sobre o pensamento Kantiano, Regis Jolivet sintetiza aquela questão da seguinte maneira: “Todo o conhecimento, diz Jolivet, não pode vir senão dos sentidos e como os sentidos só conhecem objetos singulares, sensíveis e contingentes, segue-se daí que nossas idéias que se referem a objetos universais, não sensíveis e necessários (ex: a idéia de homem, causa, liberdade, princípios primeiros, etc.) são puras construções da razão e não dados objetivos” (5).

### 2.3. Distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos:

Os juízos são essencialmente relações que o intelecto estabelece entre dois conceitos ligados entre si por uma cópula. Um dos conceitos funciona como sujeito e o outro funciona como predicado. No parecer de Kant, existem apenas dois modos de se concretizar a relação entre o sujeito (A) e o predicado (B): ou por juízos analíticos ou por juízos sintéticos.

No primeiro caso, (A) é pensado por identidade a (B); e no segundo caso, (A) é pensado como diferente de (B). Se dissermos, p. ex., “Todos os corpos (A) são extensos (B)” ou “O todo (A) é maior do que a parte (B)”, estamos diante de juízos analíticos. Por que? Porque, “extensão” e “parte” são apenas um dos muitos atributos que podem ser acrescentados aos conceitos de “corpo” e de “todo”. Nos exemplos apresentados estamos apenas fazendo análise, i. é, decompondo o sujeito em seus atributos.

Mas, se dissermos: “Todos os corpos (A) são pesados (B)”, ou “Todos os corpos (A) se movimentam (B)”, estamos diante de juízos sintéticos. Por que? Porque, diz Kant, “pesado” e “movimento” são conceitos que foram acrescentados, uma vez que, não eram pensados no conceito de “corpo”. Nos exemplos citados, o predicado é um atributo diferente daquilo que é pensado no conceito de “corpo” em geral. O acréscimo de uma determinação produz juízos sintéticos.

Nos juízos analíticos, o conceito do predicado nada acrescenta ao conceito do sujeito. O juízo apenas extrai do sujeito uma determinação (praedicamentum), que já está contida nele. Nos exemplos apontados o que foi predicado pelos conceitos de “extensão” e de “parte” já vem implícito nos conceitos de “corpo” e de “todo” respectivamente. Os conceitos predicados são apenas desdobramentos parciais dos conceitos de “corpo” e de “todo”, se bem que, pensados de modo confuso. Este tipo de juízo, diz Kant, não enriquece o conhecimento, pois, não lhe acrescenta nada.

Nos juízos sintéticos, por sua vez, o conceito de predicado é acrescentado ao conceito do sujeito, enriquecendo-o. Por que? Porque o conceito que se precisa do conceito de sujeito não lhe pertence. O conceito que é predicado representa uma determinação bem diversa daquela do conceito do sujeito. Nos exemplos apontados, o conceito de “pesado” e de “movimento” são conceitos que nada tem a haver com o conceito de “corpo”. São apenas acrescentados à compreensão do conceito de “corpo”.

---

(5) Jolivet, Regis, *Curso de Filosofia*, 6ª Ed., Rio de Janeiro, Agir, 1963, p. 268.

A conclusão a que o filósofo alemão parece querer chegar é a de que, a análise empobrece o conhecimento, enquanto que, a síntese o enriquece. Por que? Porque, segundo ele, se poderia classificar todos os juízos em três diferentes tipos: 1. Juízos analíticos; 2. Juízos sintéticos e posteriori; 3 Juízos sintéticos e priori.

### 2.3.1. Juízos analíticos:

Tomemos como exemplo o juízo anteriormente citado: “O todo é maior do que a parte”. Trata-se, como já foi dito acima, de um juízo de caráter universal e necessário. Mas, nada de novo acrescenta ao conhecimento. Pois, diz Kant, “seria absurdo fundar um juízo analítico sobre a experiência” (6).

Por que?

Ora, porque a experiência, por definição, é sempre experiência do particular. Querer buscar o fundamento do conhecimento universal no saber particular seria regressar na busca do conhecimento. Dizer que, “o todo é maior do que a parte”, é afirmar uma proposição certa a priori. “Pois, antes de recorrer à experiência já possuo no conceito todas as condições para o meu juízo. Daquele conceito posso extrair o predicado segundo o princípio de contradição e, com isso, tornar-me, ao mesmo tempo, consciente da necessidade do juízo, coisa que a experiência nunca me ensinaria” (7).

Se o juízo analítico já é certo a priori, não faz sentido querer buscar sua justificação na experiência, analisando cada uma das partes do predicado que, de fato, já estão incluídas no conceito de maior extensão.

### 2.3.2. Juízos sintéticos a posteriori:

Tomemos como exemplo o juízo anteriormente assinalado, “todos os corpos são pesados”. O conceito de “peso” não pode ser incluído no conceito de “corpo” em geral. Isto porque, a experiência nos diz que “peso” tanto pode pertencer ao conceito de “corpo” em geral, como a cada uma de suas partes. Se eu disser, p. ex., “o corpo é extenso, impenetrável, possui forma, consistência, etc.”, em todos aqueles predicados estaria contido também o conceito de “peso”. Portanto, os juízos que venham a ser formulados a partir de tais conceitos serão contingentes e particulares, pois envolvem a experiência. Já foi dito que a experiência não produz conhecimentos universais e necessários. Portanto, os juízos sintéticos a posteriori carecem de importância para o nosso estudo, que visa buscar o conhecimento científico por excelência.

### 2.3.3. Juízos sintéticos a priori:

Tomemos como exemplo o juízo “tudo o que acontece tem uma causa”. O conceito de “acontecer” pressupõe uma existência à qual precede um tempo. Pode-

(6) Kant, *I. Op. cit.* p. 27.

(7) *Idem, Op. cit.* p. 27.

se a partir daí extrair juízos analíticos. I. é, pode-se recorrer à análise e observando-se casos particulares da experiência. Mas isto não nos levaria para onde pretendemos ir: buscar juízos universais e necessários. Pelo que já se viu, este nível foi descartado.

Restam-nos, diz Kant, os conhecimentos sintéticos a priori.

No juízo dado, o conceito de “causa” é um conceito distinto do conceito de “acontecer”, não sendo portanto, incluído nele, ou seja, (A) e (B) são diferentes. De fato, estamos emitindo um juízo universal e necessário, ligando conceitos, o de “causa” e o de “acontecer”, que não tem nada a ver um com o outro.

Como pode acontecer isso?

Certamente que não vem da experiência tal conclusão, já que o conceito de “causa” que é apresentado de forma geral e necessária aparece como simples conceito, i. é, no plano lógico, sem vínculo com qualquer realidade concreta. (+). Eis a questão! “Sobre tais princípios sintéticos, diz Kant, (...) repousa todo o objetivo último do nosso conhecimento especulativo a priori” (8).

É na “Estética Transcendental” que o autor vai dizer o que entende por conhecimento a priori – ao estudar as noções de Espaço e de Tempo. Seu ponto de partida é a transcendentalidade.

### 2.3. Espaço e Tempo como formas do conhecimento:

As noções de espaço e de tempo são tratadas por Kant na primeira parte da “Doutrina Transcendental dos Elementos”, intitulada de “Estética Transcendental”.

Antes de mais nada, convém aclarar o que o pensador em tela entende por “Estética” e por “Transcendental”.

Segundo Antônio Paim, Kant “toma o termo “estética” no sentido clássico e não no moderno que o popularizou como teoria do belo” (9). No sentido clássico “estética” entende-se como sensibilidade. Esta, por sua vez, define-se como “a faculdade que fornece a diversidade, sem liames, derramada no espaço e no tempo” (10). Para Kant, sensibilidade “é a capacidade de obter representações mediante o modo como somos afetados pelos objetos” (11). Trata-se, pois de uma faculdade intuitiva, através da qual o sujeito é tocado pelos objetos e estes são por ele apreendidos.

---

(+) *As verdades matemáticas são exemplo disso. A Enciclopédia Barsa sintetiza o pensamento de Kant sobre o assunto da seguinte maneira: “Verdades universais e necessárias como as contidas nas proposições matemáticas são verdadeiras independentemente da experiência, i. é, são a priori. Não podemos conceder que alguma futura experiência as contradiga. Nenhuma experiência será capaz de nos persuadir de que  $2 + 2$  sejam outra coisa que não 4. Donde, porém, tiramos essa sua característica de absoluta necessidade? Se não é da experiência, como vimos, só pode advir da estrutura do nosso espírito” (p.193).*

(8) Kant, I., *Op. cit.* p. 28.

(9) Paim, Antônio, *Roteiro para o Estado Inicial da Crítica da Região Pura*, Rio de Janeiro, (Autor), maio 1985, p.5.

(10) Bréhier, Émile, *História de la Filosofia*, Vol. II, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1948, p.445.

(11) Kant, I., *Op. cit.* p. 39.

Por “transcendental”, segundo Miguel Reale, entende-se “aquilo que se põe antes da experiência, como condição lógica de sua compreensão, muito embora, só nos possamos dar conta dessa verdade no decorrer da experiência” (12). Pressupõe-se, diz Reale que existam no espírito, antes de qualquer experiência, determinadas formas que são a condição prévia da captação dos fenômenos.

Importa, também, que se faça uma distinção entre os conceitos de “transcendental” e de “transcendente”. O primeiro termo, segundo Paim, “é uma criação moderna e contrapõe-se frontalmente à perspectiva clássica, denominada transcendente. Enquanto esta acredita na possibilidade de acesso às coisas como seriam em si mesmas – donde constituir-se a idéia de substância na categoria fundamental – a perspectiva transcendental supõe que temos acesso apenas aos fenômenos” (13).

Assim, do ponto de vista lógico pelo transcendentalismo, o intelecto alcança apenas os fenômenos, jamais os entes em si mesmos. Em outras palavras, o conceito de “transcendental” diz respeito aos pressupostos lógicos dos conhecimentos, ao passo que “transcendente” diz respeito à sua consistência êtica.

O próprio Kant se incumbiu de definir o que entende por “Estética Transcendental”. Diz ele: “Denomino Estética Transcendental uma ciência de todos os princípios da sensibilidade a priori” (14).

Dados aqueles esclarecimentos, pode-se agora voltar à noções de Espaço e de Tempo.

Dizia-se acima que ao filósofo alemão interessava o estudo dos conhecimentos a priori porque, no seu entender, somente estes possuem o poder de produzir juízos universais e necessários – os únicos válidos – já que, só eles são capazes de fazer progredir a ciência. E, ele justifica sua posição.

Duas, afirma, são as faculdades que concorrem para o conhecimento dos objetos: 1. A sensibilidade; 2. O entendimento.

A sensibilidade foi por ele descrita como uma faculdade intuitiva que possibilita ao sujeito a apreensão dos objetos. O entendimento, por sua vez, foi definido como a faculdade que possibilita ao sujeito pensar e formar os conceitos, i. é, a por as impressões sensíveis em ordem. “Pela sensibilidade, diz Kant, nos são dados os objetos e apenas ela nos fornece as intuições; pelo entendimento, ao invés, os objetos são pensados e dele se originam os conceitos” (15).

As duas faculdades, pois, cada uma na sua esfera de competência concorrem juntas para a formação do conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, sem os elementos apriorísticos do entendimento, também seria impossível o conhecimento. “O entendimento humano, pondera Abbagnano ao interpretar o autor em questão, não intui, mas pensa; não cria, mas unifica; deve ser-lhe dado por outra fonte o objeto do

(12) Reale, Miguel, *Filosofia do Direito*, 7ª Ed., Vol. I, São Paulo, Saraiva, 1975, p. 112.

(13) Paim, A., *Op. cit.* p. 1.

(14) Kant, I., *Op. cit.* p. 40.

(15) *Idem*, p. 39.

pensar, o múltiplo a unificar. Esta fonte é a sensibilidade” (16). Veja-se que o conceito de intuir em Abbagnano é aparentemente contraditório com o de Kant. Por isso, torna-se necessário, neste ponto, aclararem-se resumidamente alguns conceitos, assim como são entendidos pelo pensador saxão:

- Intuição: É o modo como a sensibilidade nos fornece os objetos;
- Sensação: É o efeito do objeto sobre a capacidade de representação;
- Sensação empírica: É a intuição que, captando o objeto, produz a sensação;
- Fenômeno: É o objeto indeterminado produzido pela intuição empírica;
- Matéria do fenômeno: É a impressão que o sujeito recebe dos objetos exteriores;
- Forma do fenômeno: É a ordem em que as impressões são colocadas;
- Intuição pura: É aquela idéia que se encontra a priori na mente.

Quais seriam, então, segundo Kant, os princípios orientados da sensibilidade?

O espaço e o tempo. Trata-se de duas formas apriorísticas da sensibilidade e, por serem apriorísticas, independem da experiência sensível. As coisas, a seu ver, são intuitas em relação a determinado espaço e tempo, i. é, como sendo exteriores no sujeito e independentes umas das outras.

Ora, tal intuição acontece, diz Kant, não porque os objetos sejam exteriores e independentes do sujeito, mas porque o próprio sujeito possui em si mesmo a estrutura do espaço. É por essa condição que ele ao intuir os objetos pode percebê-los como especialmente relacionados. E, mostra como isso acontece: Tomemos, por exemplo, um corpo: uma caneta. Descartemos desse corpo tudo o que o entendimento pensa a seu respeito, como substância, divisibilidade, resistência, força, combustão, etc., como também, descartemos tudo o que é próprio da sensação em relação a ele, como, cor, peso, dureza, impenetrabilidade, comprimento, odor, etc. Depois de tudo tirado, ainda sobra uma idéia: a de espaço. Esta não pode ser obstruída de forma alguma.

O espaço é, pois, uma forma apriorística do próprio entendimento.

O mesmo tipo de argumentação é aplicada por Kant ao estudo do tempo. Os sentidos, diz ele, percebem que as coisas acontecem simultaneamente ou se sucedem umas às outras. Tal percepção só é possível porque no entendimento existe a priori a forma mental do tempo. Sendo assim, mesmo supondo-se que os objetos desapareçam todos, o tempo permanecerá.

O autor em questão tem sido interpretado dessa maneira por inúmeros autores. Assim, Miguel Reale afirma que, para Kant, “o tempo e o espaço são formas que preexistem no espírito, antes de se situarem as “coisas” no espaço e no tempo, sendo formas a priori de nossa sensibilidade” (17). Nicola Abbagnano explica que “as formas a priori da sensibilidade ou intuições puras são o espaço e o tempo, os quais

(16) Abbagnano, Nicola, *História da Filosofia*, V. VIII, Lisboa, Editorial Presença, 1970, p. 92.

(17) Reale, Miguel, *Op. cit.* p. 111.

são, portanto, nem conceitos, nem qualidades das coisas, mas condições de nossas intuição delas. Nós não podemos perceber nada senão no espaço e no tempo: todas as coisas existem no espaço e no tempo, se bem que estes sejam puros elementos subjetivos do conhecer sensível” (18).

E, Regis Jolivet afirma, por sua vez: “Se as coisas nos aparecem como substâncias, como regidas pelas leis de causalidade e de finalidade, se nos aparecem como situadas no espaço e no tempo, isto não significa que sejam tais em si mesmas, mas apenas que nós as fazemos assim. Em definitivo, o universo do conhecimento e, na sua forma, obra do espírito” (19).

E, Émile Bréhier, a seu turno: “O espaço que é a forma de sentido externo segundo o qual a diversidade se justapõe; o tempo que é a forma do sentido íntimo segundo o qual a diversidade se sucede: entendendo aqui espaço e tempo puros, i. é, não apenas privados de todo conteúdo que é a matéria da sensibilidade lhes fornecerá, mas também, antes de tudo, privados de toda unidade, que não pode ser-lhes conferida senão pelo entendimento” (20).

Mas, a par das formas a priori da sensibilidade – o espaço e o tempo – Kant aponta ainda as categorias do entendimento que se unem à intuição sensível para produzir o conhecimento. As sensações, afirma o autor, depois de modeladas pelas “formas” espaciais e temporais, são elaboradas pelas categorias do entendimento. Estas vão estabelecer entre elas uma série de relações. A estas relações é que o filósofo alemão denomina de categorias ou conceitos puros do entendimento.

Quais são tais categorias?

A unidade, pluralidade e totalidade, ligadas à quantidade dos juízos (que podem ser ou universais, ou particulares ou singulares).

Realidade, negação e limitação, associadas à qualidade dos juízos (que podem ser, afirmativos, ou negativos ou indefinidos).

Substância, causa ou ação recíproca, ligados à relação dos juízos, (que podem ser, categóricos, ou hipotéticos, ou disjuntivos).

Possibilidade, existência ou necessidade, ligados à modalidade dos juízos, (que podem ser, problemáticos, assertórios ou apodícticos).

Todas essas categorias estão a priori no entendimento. Como consequência disso, fica o nosso conhecimento desautorizado de afirmar o que quer que seja sobre a natureza mais íntima das coisas. Essas jamais poderão ser conhecidas em si mesmas. Nosso entendimento tem acesso apenas aos fenômenos, às aparências, nunca às coisas em sua essência.

Enfim, diz o comentarista da obra de Kant, em *Os Pensadores*, o que o pensador saxônio quer mostrar é que “todo o conhecimento é constituído por sínteses dos dados ordenados pela intuição sensível espaço/temporal mediante as categorias apriorísticas do entendimento” (21). Isto significa que os materiais coletados pelos

(18) Abbagnano, N., *Op. cit.* p. 94.

(19) Jolivet, Regis, *Op. cit.* p. 268.

(20) Bréhier, Émile, *Op. cit.* p. 445.

(21) Kant, I. *Op. cit.* p. XIV.

sentidos na experiência empírica são transformados e reelaborados pelas duas formas da sensibilidade, o espaço e o tempo e pelas doze categorias do entendimento. Portanto, o conhecimento torna-se o resultado do processamento dos dados nas duas esferas, a externa e a interna.

### 3. A Arquitetônica da Razão Pura:

Kant define o que ele denomina de “Arquitetônica da Razão Pura” (+), como a doutrina do elemento científico em nosso conhecimento em geral. Dela nos é permitido extrair a metodologia sugerida e empregada pelo autor.

Ele parte inicialmente da observação, assim como procederam Aristóteles e Descartes, conforme já foi afirmado. Observa o mundo exterior, que é descoberto como sendo a grande fonte de informação condicionante de todo o saber humano. “Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência” (22). Mas, percebe também – e, essa parece ser a sua peculiaridade – que existe uma outra condicionantes do conhecimento que não radica na experiência, mas parte de um dinamismo indefinível da própria racionalidade humana. A este ele se propõe a investigar até às suas raízes mais profundas.

Duas, pois, são as fontes do conhecimento: uma que se dá no ponto de convergência do entendimento com os informes dos sentidos e outra, que independe dos sentidos. Ao primeiro denomina de conhecimento empírico ou a posteriori e, ao segundo, de conhecimento puro ou a priori.

No entender de Émile Boutroux, o método a ser seguido por Kant “será essencialmente um método de análise metafísica” (23). E explica que, no tempo de Kant, não se admitiam senão duas fontes de conhecimento: a experiência e o entendimento lógico, tendo esse como protótipos os princípios de identidade e de contradição (+). Kant, diz Boutroux, interpõe entre o conhecimento pela experiência e o conhecimento lógico, a faculdade da razão de conhecer a priori as condições essenciais da realidade. Sua questão central seria a de investigar o que é essa razão, que não depende nem da experiência e nem da lógica, mas é anterior a ambas. A experiência fornece o ponto de partida, continua Boutroux, e a análise metafísica decompõe os dados que são inacessíveis à simples observação. Pretende, pois, estudar a razão que se encontra entre a experiência e o entendimento lógico. A essa

(+) Por “Razão Pura”, Kant entende aquela parte do entendimento que independe dos sentidos. Por sua natureza e estrutura peculiar a “Razão Pura” é capaz de criar e aperfeiçoar conhecimentos.

(22) *Idem, Op. cit. p. 23*

(23) Boutroux, Émile, *La philosophie de Kant, Paris, Librairie philosophique, J. Vrin, 1968, p. 16.*

(+) Leibniz havia declarado que o princípio de identidade era insuficiente para se chegar ao conhecimento verdadeiro, acrescentando, por isso, o princípio de razão suficiente.

razão é que denomina de conhecimento a priori. Ela se estende, portanto, para além da experiência externa e da experiência interna, ou seja, para além do conhecimento em seu nível lógico.

Qual seria, então, a arquitetura dessa razão pura que permitiria construir com precisão o edifício da ciência?

Kant inicia afirmando que todo o conhecimento verdadeiro é proveniente de um corpo organizado do saber. A tal corpo organizado, ele denomina de sistema.

Entende por sistema “a unidade dos conhecimentos múltiplos sob a idéia” (24).

O que significa isso?

Significa que, todo sistema, no seu entender, é feito por determinado número de partes, com funções e fins próprios e conectadas ao corpo, formando com ele uma totalidade articulada. Quem possibilita a gênese de um sistema é a idéia. Entende por idéia, “o conceito racional da forma de um todo na medida em que, tanto a extensão do múltiplo, quanto as posições que as partes ocupam umas em relação às outras são determinadas a priori por tal conceito” (25). Por forma de um todo entende a ordem na qual cada parte é colocada racionalmente no sistema. Por extensão do múltiplo entende a abrangência lógica dos conceitos que concorrem para o erguimento do sistema.

O autor parece querer dizer que, do ponto de vista lógico, uma idéia comporta analogicamente o papel de um edifício. Ela nunca viria sozinha, mas aconteceria como expressão de um todo articulado por uma gama de outras idéias cuja existência só teria seu sentido em função do todo. Tal, naturalmente, ocorreria sempre de acordo com a natureza de cada ciência em foco. De forma que, o todo cresceria, não por adições externas (quantitativamente), mas, por robustecimento do núcleo central da ciência em função do seu fim próprio. Disso se depreende que os dados sensíveis captados pela sensibilidade e o entendimento seriam frios, estáticos e imutáveis: seriam o que percebemos materialmente, sempre os mesmos.

O que mudaria seria a compreensão lógica dos fenômenos em função da riqueza inesgotável da idéia que estaria subjacente aos fenômenos. Quem parasse nos fenômenos não teria chance de progredir, pois, estes são contingentes e mutáveis. A ciência seria possibilitada tão somente pelas idéias puras ou a priori, porque se fundam em princípios universais e necessários. Cada ciência, pois, fundar-se-ia numa idéia e existiria em vista de um fim específico, segundo sua natureza, i. é, segundo seus objetivos e seus princípios.

Todo sistema, segundo Kant, requer que seja montado a partir de um esquema que leve em conta “os princípios definidos por seu fim. Entende que “definir” só deve propriamente significar tanto quanto apresentar originariamente, dentro de seus limites, o conceito minucioso de uma coisa”(26). Sendo assim, o conceito empírico jamais consegue definir o que quer que seja, uma vez que fornece apenas algumas

(24) Kant, I., *Op. cit.* p. 405

(25) *Idem*, *Op. cit.* p. 405

(26) Kant, I., *Op. cit.* p. 358.

notas, jamais a coisa em si mesma. E o fim da ciência naturalmente não seria o fim supremo, mas, sim, seu fim essencial. A natureza de cada coisa determinaria o fim que lhe é inerente.

Então, saber ordenar e montar os sistemas é uma arte, cuja melhor definição encontra-se no próprio conceito de arquitetar (+). Para ele, arquitetar consiste em armar e amarrar articuladamente cada parte do todo de maneira a produzir um edifício científico sólido. Na arquitetônica os materiais, tipo de edifício, altura, solidez, finalidade, tudo precisa ser previsto.

Cada uma e todas as partes deverão ser previstas e ordenadas num sistema articulado segundo a idéia pura.

Entende que, o método para ser científico tem que atender, sustentar e promover os fins essenciais da razão.

Quais são, em sua ótica os fins essenciais da razão?

No caso em apreço, os fins essenciais da razão são a busca da compreensão do conhecimento em si mesmo: suas possibilidades, limites e validade. Nos demais casos, dependerá sempre da natureza da pesquisa, i. é, do objeto e dos princípios da ciência de que se trata.

Mas, em que consiste o conhecimento científico?

Kant observa que, em realidade, existem apenas dois tipos de conhecimentos: um conhecimento comum e um conhecimento científico. O conhecimento comum caracteriza-se pela contingência. É empírico, do singular, disperso, sem nexos, múltiplo e rapsódico (+).

O conhecimento científico, por sua vez, é organizado, sistemático, universal e necessário; visa um fim bem preciso; é articulado e unificado por uma idéia a priori. Portanto, o saber científico pressupõe um sistema. Por formar um todo único e uno segundo seu fim e seus princípios – distingue-se do de outras ciências. Em outras palavras, cada ciência articula-se em torno de um objeto e hipóteses específicos.

Como chegar-se, portanto ao conhecimento científico?

“Ninguém tenta estabelecer uma ciência, diz o autor, sem que lhe subjaza uma idéia” (27). De início, pode parecer confusa, rapsódica, de pouca semelhança com a idéia pura. Por que? Porque, a idéia a priori está latente na razão como um germe. Como foco central universal e necessário, porém, vai aos poucos iluminando o todo pelo esclarecimento das partes. Assim, a ciência será sempre ciência do universal, nunca do particular.

(+) Segundo o Aurélio, entende-se por arquitetar a arte de criar espaços organizados; os princípios, as normas, os materiais, e as técnicas utilizadas para criar o espaço arquitetônico.

(+) Rapsódica, segundo ao Dicionário do Aurélio, significa: Fantasia instrumental que utiliza melodias tiradas de cantos tradicionais ou populares. Entre os gregos: fragmentos de poemas épicos cantados pelo rapsodo.

(27) Kant, I., *Op. cit.* p. 405.

A não configuração de um conhecimento científico pode acontecer por três erros básicos:

1. A não determinação do objeto específico;
2. A não indicação de como as partes se articulam entre si; na formação do objeto específico;
3. A não indicação clara e precisa dos limites inerentes àquele saber específico.

Cada passo, bem como, todas as partes que se articulam são importantes, caso contrário, não estaríamos diante da construção de um sistema científico. Mas, não se acrescenta, nem se tira absolutamente nada que não esteja previsto e determinado pela idéia a priori. O que importa é que a idéia pura se torne cada vez mais clara ao entendimento, pois, nisto consiste o verdadeiro conhecimento e o progresso da ciência.

Contudo, a idéia pura não se realiza senão pela intermediação de um esquema. (+). Por esquema entende um plano no qual a idéia possa ser vista em suas funções e relações. E arremata: "O esquema que não é projetado segundo uma idéia, i.é, a partir do fim capital da razão, mas, sim, empiricamente, segundo propósitos que se apresentam de modo contingente fornece uma unidade técnica; aquele esquema, no entanto, que se origina unicamente em consequência de uma idéia (onde a razão impõe a priori os fins, sem esperá-los empiricamente) funda uma unidade arquetônica" (28).

O que se entende, então, por uma unidade arquetônica da razão pura?

É aquela ciência que parte de um esquema ou plano, fundado numa idéia pura do saber científico, que visamos buscar. O plano vai estabelecer os limites dentro dos quais se contém a idéia; faz a divisão do todo nas partes correspondentes; estabelece com segurança o objeto e as hipóteses; enfim, tudo o que é necessário e indispensável para um verdadeiro trabalho científico.

Ora, se tal esquema fosse montado a partir da experiência sensível, cair-se-ia num tipo de saber técnico, que é sempre um saber de particular e nunca do universal, como é exigido pela verdadeira ciência. Isto se depreende do fato de que, cada ciência possui o seu próprio objeto e os seus fins específicos.

Enfim, ao pesquisador impõe-se tornar a idéia clara a si mesmo, i. é, ao seu próprio intelecto, para poder determinar-lhe o conteúdo, a articulação e os limites e, assim, iniciar com segurança o seu trabalho. Para tanto, procederá a tantas distinções quantas forem necessárias para que lhe sobre na mente apenas a idéia pura. Por isso, enfatiza: "É de extrema relevância isolar os conhecimentos que se distinguem de outros, segundo o seu gênero e origem, bem como evitar cuidadosamente que confluam e se mesquem com outros conhecimentos ligados no uso que deles fazemos" (29).

(+) Segundo o Aurélio, por esquema entende-se, o programa, plano, figura que representa não as formas dos objetos, mas as suas funções e relações.

(28) Kant, I., *Op. cit.* p. 405.

(29) Kant, I., *Op. cit.* p. 409.

**CONCLUSÃO:**

O conhecimento, segundo Kant, é o resultado lógico do empenho da mente humana em comparar, consertar e separar as representações por ela formada. Para tal, as informações primeiras são provenientes dos sentidos. Os conhecimentos deles resultantes denomina-os de conhecimentos a posteriori.

Afirma, contudo, que tais conhecimentos só se tornam possíveis graças a um outro tipo de conhecimento que é anterior a toda e qualquer experiência. A este ele denomina de conhecimento puro ou a priori.

O verdadeiro conhecimento caracteriza-se por sua universalidade e necessidade. Os dois critérios indicam que os conhecimentos efetivamente válidos não podem admitir qualquer exceção. Segundo ele, isto só pode acontecer com os conhecimentos a priori, pois, os conhecimentos a posteriori não oferecem tal garantia, uma vez que é humanamente impossível ter acesso a todos os casos particulares.

Aquele conhecimento expressa-se através de juízos e conceitos.

Os juízos constituem-se em instrumento pelo qual a mente veicula a identidade ou não entre os conceitos. A identidade entre os conceitos determina a validade do conhecimento e a não identidade, sua falsidade. Para Kant, os juízos sintéticos a priori são os únicos absolutamente válidos, porque expressam um saber universal e necessário. A universalidade e a necessidade do conhecimento estão intimamente associadas à noção de transcendentalidade.

Para Kant, do ponto de vista lógico, o intelecto alcança tão somente os fenômenos, jamais os entes em si mesmos. O espaço e o tempo como formas apriorísticas da sensibilidade, i. é, como formas pré-existentes no intelecto, tornam possíveis todos os conhecimentos válidos.

A preocupação fundamental do autor, na obra citada, é fazer uma análise metafísica de como se dá o conhecimento a priori. Afirma que todo o conhecimento válido é resultado de um corpo articulado e sistemático do saber. Cada parte ordenada e articulada com o todo pode propiciar um conhecimento exato, preciso e verdadeiro.

O edifício da ciência, portanto, constrói-se de partes rigorosamente delimitadas e articuladas entre si, formando-se uma unidade arquitetônica.